



Presidente p.9

“Dois anos perdidos”



PSD p.15

PSD homologa candidatos e cumpre calendário das Autárquicas

# POVO LIVRE



n.º 1961  
22 de março de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD

## PRESSÃO ORÇAMENTAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Pedro Passos Coelho esteve num almoço das Mulheres Social Democratas do distrito do Porto



# Sem instituições fortes, prejudicamos as nossas escolhas



O presidente do PSD acusou o Governo de não reconhecer o problema da insustentabilidade da Segurança Social e de não incentivar o empreendedorismo. Pedro Passos Coelho defendeu que a Europa atual tem de alterar alguma coisa pois manter as coisas como estão seria caminhar para a desintegração

Foi durante um debate com dezenas de jovens, em Lisboa, dia 14, que Pedro Passos Coelho acusou a maioria de não aceitar e promover a autonomia das instituições independentes.

“Quando olhamos para a forma como a maioria reage ao trabalho do Conselho de Finanças Públicas, é preocupante. A atitude mostra que quem está no Governo só gosta da independência das instituições se a independência estiver de acordo com o que eles querem. E isto é muito negativo”, acusou o presidente do PSD.

Quando o Conselho das Finanças Públicas chama a atenção para as incongruências nas opções do Governo, este reage mal. As instituições independentes são muito

importantes numa sociedade livre. “Instituições como esta são muito importantes para discutir a credibilidade das projeções económicas, e só podem funcionar bem se forem independentes”, disse.

O PSD sempre apostou na autonomia destas instituições, tendo sugerido dotá-las de autonomia financeira. Defendeu também sempre que o Governo nomearia para as mesmas as pessoas indicadas por órgãos independentes, como o Tribunal de Contas e o Branco de Portugal.

“Valorizei o trabalho realizado. Hoje, sabemos que o Governo recusa nomear as pessoas propostas pelo Tribunal de Contas e o Branco de Portugal para preencher vagas que vão ocorrer. Sem instituições fortes, as nossas escolhas são prejudicadas”, afirmou.

Governo não reconhece insustentabilidade da Segurança Social para não resolver o problema

O Governo não quer reconhecer o problema da insustentabilidade da Segurança Social. A acusação foi

feita por Pedro Passos Coelho, afirmando que “o Governo faz de conta que esse problema não existe. Se tivesse de reconhecer, teria de tomar medidas, que causariam problemas no seio da maioria, e assim prefere dizer que não há problemas”.

Atualmente, a insustentabilidade da Segurança Social resulta de problemas como o demográfico. O rácio português de pensionistas e população ativa é cada vez mais desfavorável, o que é agravado pelos níveis de desemprego. O atual sistema é deficitário e o problema tem de ser resolvido.

“Temos vivido, no essencial, num sistema que tem um benefício definido, a lei fixa a pensão que se vai receber, o que funciona razoavelmente bem quando não há problemas demográficos e desemprego. Hoje em dia, é claro que um sistema como o atual não é solvente. Os governos, no passado, mesmo os que contaram com o atual ministro Vieira da Silva, teve de reduzir os benefícios por lei. Sempre que houve insuficiências, reduziu-





-se o benefício. Isto não é processo, porque as pessoas têm de saber com o que contar”, explicou o presidente social-democrata.

A solução passa por um sistema diferente. Um sistema em que todos têm uma contribuição definida e à qual correspondem, em que o Estado assume o compromisso de um valor projetado no futuro, para que as pessoas recebam um apoio social na aposentação e tenham os riscos cobertos. Tal exige um debate amplo. Pedro Passos Coelho defendeu que “quanto mais tempo demorarmos a fazer a reforma, mais custosa esta vai ser. Quando o Governo apareceu a aumentar uma série de impostos indiretos para arranjar receitas, eu disse que apoiaria essas verbas para financiar uma reforma da Segurança Social. Não para financiar políticas salariais arriscadas e de curto prazo.”

## Europa precisa de uma visão reformista

“Acredito numa Europa de estados e não num Estado europeu”. Foi assim que Pedro Passos Coelho definiu a sua visão para o futuro da União Europeia.

No mesmo debate, que se estendeu por mais de hora e meia, o presidente do PSD defendeu que para termos uma Europa que funcione é necessário reformas as instituições. Devemos ser patrocinadores de uma Europa de Estados responsáveis, tanto no plano económico, como financeiro, político e social. “Devemos reclamar dos outros soluções comuns. Só assim funcionará bem e esta é a melhor receita para combater o populismo e o extremismo. Não se pode desresponsabilizar o Governo no plano nacional”, disse.

O líder social-democrata respondia à pergunta de um dos jovens presentes, que demonstrou preocupação com os extremismos a que se tem assistido na Europa. Pedro Passos Coelho afirmou que é importante olhar para a forma como a vaga migratória oriunda de muitos países que estão em guerra levaram a que muitas sociedades atingissem um ponto de saturação, e “isso funciona como ignição para uma fase nova, em que os extremismos, em face da instabilidade, acabam por ter alguma tradução nas sondagens e eleições”.

“A Europa tem lidado mal com este problema”, afirmou o líder da oposição. A perspetiva sobre o que se está a passar depende do qual olhamos para o que está a acontecer. “Somos uma Europa muito alargada, e há um fenómeno novo de haver um país que quer sair, até esta data toda a gente queria entrar. Isto é totalmente novo, e provoca uma certa estranheza”, explicou.

Nos extremos políticos, o velho continente tem assistido a forças que apelam ao fechamento da economia e das fronteiras, a uma visão mais xenófoba, que felizmente não existe em Portugal.

“Não podemos por em dúvida a ligação que precisamos de manter com a União Europeia”, defendeu Pedro Passos Coelho. “A nossa pertença europeia é determinante para o nosso destino coletivo. Portugal foi sempre um país voltado para o resto do mundo. Sentimo-nos com naturalidade na globalização.”



Quando olhamos para o que podemos fazer no mundo, isso é impulsionado pela nossa pertença europeia. A nossa raiz europeia é determinante, por isso precisamos que as coisas na Europa deem certo. Queremos estar do lado da solução, ser um elemento atrativo e que funciona bem.”

A Europa, tal como está hoje, tão alargada, tem de alterar alguma coisa para ver funcionar. “Manter as coisas como estão seria caminhar para a desintegração. Temos uma união económica muito incompleta, que será fortemente testada numa futura crise económica, quer quando falamos do mercado interno e da forma como as instituições europeias funcionam. Se uma visão reformista não ocorrer, a Europa estará numa impossibilidade de estar de acordo com o que deve ser”, disse.

## Empresas devem estar articuladas com as necessidades do mercado de trabalho

Hoje em dia, assiste-se a um problema novo, de licenciados, mestrados e doutorados sem emprego. Em Portugal, não existe uma informação abundante sobre quais os setores em que o desemprego é mais proeminente.

“Não é o Estado que tem de dizer em que é que as pessoas se devem qualificar. Cada um deve fazer a sua livre escolha. O Estado devia ter a obrigação de informar as pessoas de tudo o que é relevante na hora de cada um escolher que formação seguir. As pessoas têm dificuldade em saber quais as áreas a gerar mais emprego e as escolas em que a empregabilidade é maior. Só assim a decisão será mais consciente. É preciso uma informação mais sistemática para se fazer melhores escolhas, e é preciso que as pessoas reajam aos incentivos”, defendeu o presidente do PSD.

A criação de emprego é um dos aspetos mais difíceis de resolver, e por várias razões. Temos um desemprego de natureza estrutural ainda muito elevado, o que é um reflexo de que a nossa economia ainda não está suficientemente aberta e competitiva. Para o contornar, depende da forma como olhamos para a economia, para o seu financiamento e crescimento.

“O ritmo de crescimento a que estávamos a assistir no Governo anterior perdeu-se. Estamos a recuar em vez de poder acrescentar dinamismo económico e capacidade de ajustamento e adaptação das empresas” disse Pedro Passos Coelho.

O mercado de trabalho enfrenta ainda um problema

que tem a ver com a menor capacidade que os novos investimentos têm para gerar novo emprego. Os efeitos da robotização ainda não são claros. Não se sabe se irá diminuir as oportunidades, mas não há dúvida que em alguns conjuntos de atividade, a probabilidade de serem substituídos por máquinas é muito elevada. Que novos empregos poderão vir a ser gerados?

A economia portuguesa precisa de empreendedores mais dinâmicos, e “isso perdeu-se com este Governo, que está pressionado forças conservadoras da extrema-esquerda, que querem que tudo fique como está, que quer maior fechamento económico e maior segmentação do mercado de trabalho”.

O Executivo reverteu decisões que estavam a intensificar o ritmo de crescimento. Em 2016, o investimento caiu, quando precisávamos do contrário. Hoje, tal como aconteceu em 2014, seria muito importante uma medida de desagrevamento fiscal para as empresas.

## Modernizar o sistema de ensino

A formação plena é alcançada quando as metas são claras, e hoje em dia a escola tem uma concorrência muito forte. Há sistemas que permitem estudar sem professor, e a competição do ponto de vista tecnológico é muito forte. Para a maioria das pessoas, a informação que chega pelas tecnologias é mais rápida e apelativa.

“É necessário modernizar incorporando novas técnicas. E isso exige investimento, outro tipo de abordagem por parte dos professores, que devem saber usar as ferramentas. De um modo geral, os resultados que podemos obter estão muito aquém. O facto de as pessoas poderem aceder via Internet a uma informação abundante não dispensa que em fases muito precoces as pessoas não saibam distinguir o acessório do relevante e nesta dimensão a escola e o professor são indispensáveis. Temos de tornar a escola mais moderna, e integrar as ferramentas. Temos de ter formação contínua dos professores”, alertou o presidente do PSD.

O atual Governo está a tornar tudo mais complicado, ao querer fazer uma reversão que não traz clareza, como a proposta de multidisciplinaridade e as áreas de natureza extracurricular que tornam mais difícil que se possa fazer uma avaliação rigorosa das aprendizagens conseguidas. “As coisas são mais confusas, a liberdade de ensinar é mais reduzida”, disse, acrescentando que “espero que esta reforma curricular não avance, porque seria um processo imperdoável. A avaliação externa que nos fizeram foi muito positiva. Fomos dos que mais progredimos, porque andar para trás?”.



# Turismo é dos setores “mais dinâmicos” da economia desde 2013



“O turismo tem registado um dinamismo extraordinário na nossa economia, sobretudo ao longo dos últimos quatro anos”, disse esta quinta-feira, 16 de março, Pedro Passos Coelho, durante uma visita à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa.

De acordo com o presidente do PSD, desde 2013 que “o crescimento do Turismo tem estado acima dos dois dígitos”. Pedro Passos Coelho considera, por isso, tratar-se um dos setores “mais dinâmicos da nossa economia”.

Pedro Passos Coelho defende que se qualifique “cada vez mais a oferta turística”. Destacou a existência de “bons produtos turísticos” no País, mas é importante “trabalhar agora mais intensamente na sua qualificação”. O líder social-democrata é da opinião de que “temos beneficiado bem e temos respondido bem, do ponto de vista da conjuntura externa, ao aumento da procura”. Entende, contudo, que “estamos ainda longe de atingir a capacidade que está instalada”, pois “é possível crescer ainda mais”.

“Desde que exista, do ponto de vista do financiamento, da qualidade e do mérito dos projetos, o que é necessário para crescer, estou convencido de que o Turismo é das áreas em que podemos continuar a ver crescer a nossa economia”, acrescentou o presidente do PSD.

A edição deste ano da BTL concentra 1.200 expositores, estando confirmadas todas as entidades regionais de Turismo e 30 municípios, além de 42 destinos internacionais, numa área total de mais de 37 mil metros quadrados. Em 2016, a BTL recebeu 75.428 visitantes durante os cinco dias da Feira, o que corresponde a um aumento de 4% face a 2015, contando a organização este ano voltar a ultrapassar os 75 mil visitantes.

## Holanda: “Que possamos ter um governo absolutamente pró-europeu”

O líder dos social-democratas viu “com satisfação” o resultado das eleições na Holanda. “O facto de ter havido uma confirmação eleitoral da escolha dos holandeses por forças políticas que se identificam com os valores

do projeto europeu, que são valores de tolerância, de abertura não apenas económica, mas cultural e social, é tranquilizador”, justificou.

“Espero que esse trabalho que se vai iniciar agora seja bem-sucedido e que possamos ter, na Holanda, um governo que seja, como era o anterior, absolutamente pró-europeu e muito ligado a estes valores da União Europeia, em que me revejo como, creio, a maioria dos portugueses”, afirmou.







As eleições de dia 15 na Holanda ditaram a vitória dos liberais do VVD, do primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, com 33 deputados, enquanto o Partido da Liberdade (PVV), de Geert Wilders, de extrema-direita, ficou na segunda posição, com 20 deputados (13% dos votos), quando nas últimas eleições tinha conquistado 15 assentos parlamentares. Os liberais do VVD, de Mark Rutte, foram a formação mais votada (21% dos votos).







Almoço das Mulheres Social Democratas do distrito do Porto

## Pressão orçamental nos serviços públicos

Durante um almoço em Ermesinde, 12 de março de 2017, com mais de mil apoiantes e simpatizantes, Pedro Passos Coelho denunciou a política do faz-de-conta que a atual maioria tem vindo a protagonizar. A atual maioria composta pelo PS, BE e PCP tem a responsabilidade pela condução política mas “gosta de fazer de conta. Não gostam de mudar coisa nenhuma, a não ser para fazer reversões”, acusou Pedro Passos Coelho.

“Os que governam a achar que a política é o domínio privilegiado das perceções e ilusões, os que são elogiados pela sua habilidade, deixam muito pouco e não com a substância que desejaríamos”, continuou o presidente do PSD. É por isso, que em 2016, Portugal cresceu menos do que em 2015. É por isso que tanto o investimento público e o investimento privado registaram uma quebra. Se não há investimento, não há o crescimento desejado, não há geração de rendimento e emprego.

Para o líder social-democrata, “era fundamental que o Governo, em vez de contar histórias e criar ilusões, reconhecesse o que fez mal para não repetirmos a mesma história em 2017.”

Venderam a ilusão de que havia uma alternativa nas escolhas orçamentais que permitiriam à sociedade viver melhor desde que o PSD não estivesse no governo. Pois esta “ilusão está a desfazer-se a cada dia que passa. A cada dia que passa, as escolhas do governo custam a degradação dos serviços públicos”, denunciou.

Há muitos anos que os hospitais e os centros de saúde não enfrentavam uma “pressão e penúria orçamental tão grande como a de hoje, como há muitos anos nunca estiveram”. Para conseguirem pagar os salários que prometeram aumentar, estão a por em causa o dinheiro para vacinas, cirurgias, para pagar a fornecedores, e para



assegurar os serviços necessários. “Vamos ter pior saúde e pior acesso à saúde, pior educação e pior apoio social”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O que se está a verificar deve-se à aposta de “fazer de conta que tudo estava melhor querendo baixar alguns impostos e melhorar apenas alguns salários, para dizer as pessoas que acabou alguma austeridade mas o que temos é uma degradação dos serviços”.

“As regressões que estamos a ter nas políticas públicas contribuem para que não se corrijam as desigualdades”, concluiu.

### É preciso preparar uma descentralização a sério

O PSD é um partido com uma grande raiz autárquica, e por isso, quando estava no Governo, levou longe a sua agenda reformista. Na oposição, não esqueceu este tema, levando-o à discussão. O presidente do PSD afirmou que este deveria ser o ano em que o Parlamento “levaria a bom porto o trabalho legislativo de encontrar um processo de descentralização efetiva a todas as plataformas.” Mas tal não se verifica.

Há um ano, aquando da discussão do Programa Nacional de Reformas, que não é mais do que um “repositório de intenções sem resultados à vista”, a maioria parlamentar não aceitou as medidas propostas pelos social-democratas. O mesmo se verificou quando o partido apresentou propostas na discussão do Orçamento do Estado.

“Apresentámos propostas que visam descentralizar





competências, que podem mostrar que as nossas terras podem ser ainda mais bem geridas. Na altura, a maioria chumbou todas as propostas”, afirmou Pedro Passos Coelho. Agora, que o assunto voltou à discussão, o Governo apresentou uma proposta que não foi discutida em profundidade nem preparada de forma alargada. “Agora, que podíamos estar a fazer um debate sério e dedicado, que levasse à aprovação de um novo quadro que pudesse entrar em vigor com o novo ciclo autárquico, a maioria começou mal e com o pé esquerdo”, acusou.

O PS, PCP e BE chumbaram a proposta do PSD para que se constituísse uma comissão multidisciplinar para esta matéria. Numa matéria desta magnitude, com aspetos tão diferentes, como a educação, a saúde, e o ordenamento do território, era extremamente relevante criar um instrumento específico, com tempo para se fazer um bom trabalho.

“É preciso preparar uma descentralização a sério”, disse o líder da oposição. “É preciso dar o melhor que temos, com os melhores técnicos e políticos, para poder, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a sociedade civil, preparar uma descentralização a sério, com uma lei de finanças locais a sério. E a maioria só tem a dizer que não. Se é assim que querem começar, começamos muito mal”.



### Se o Estado quer tem um banco público, há uma missão a ser cumprida

Durante os anos em que o PSD esteve à frente do Governo, a CGD “andou a reconhecer quase 5 mil milhões de imparidades por crédito arriscado, que tinha sido atribuído no tempo do socialismo, em que se fez mau crédito no banco público. Durante o nosso Governo, andámos a limpar”, disse Pedro Passos Coelho.

Hoje, é preciso uma recapitalização. Foi apresentado um plano de recapitalização e reestruturação, porque “dizem que é preciso salvar o banco público, como se

tivéssemos sido nós a por em causa a CGD. Apresentam necessidades de capital que são inflacionadas por uma política agressiva de reconhecimento de imparidades de crédito, crédito que eles concederam quando estiveram no Governo”, afirmou o líder social-democrata.

“O presidente da CGD veio dizer que não há razão para que a CGD tenha balcões em zonas do território nacional onde os outros bancos não têm. Se a CGD é pública, isso não pressupõe um nível de serviço público? Porque é que têm de encerrar? É de um cinismo atroz”, acusou o presidente do PSD.

Se o Estado quer ter um banco público, não pode deixar de observar as regras da concorrência, mas há uma missão que tem de ser cumprida.





Pedro Passos Coelho questionou ainda “como é possível que haja uma emissão de obrigações perpétuas, em que os que vão emprestar dinheiro para sempre vão receber um juro maior do que aquele que o Estado lá vai meter? Como vão justificar que a CGD pague mais aos capitalistas, do que ao Estado, que põe lá dinheiro dos contribuintes? Se há privados que vão emprestar dinheiro há CGD para sempre, esta é uma forma habilidosa de dizer que há uma parte do capital do banco público que vai ser sempre detido por privados. Se isto não é começar uma privatização da CGD, o que seria?”

Isto resulta numa descrença e falta de credibilidade, resultado do mau serviço que o PS, o BE e o PCP têm prestado a Portugal.

O Governo desculpa-se com a incerteza do mundo em que se vive, mas a incerteza também serve para valorizar as escolhas do dia-a-dia. “Não saber o que o futuro traz não significa que nos devemos abandonar a sorte. Devemos saber valorizar a estabilidade, e tomar decisões que melhorem as nossas capacidades para melhorar o nosso destino”, disse.

Num mundo com tantas incertezas e transformações, em que nos devíamos preparar, “custa a aceitar que quem governa pense pouco no futuro e só pense na campanha eleitoral. Que favorece quem defende e que disfarça para com os outros. É assim que o Partido Socialista governa em Portugal, com o BE e o PCP. Numas coisas fazem de conta que não se entendem, mas nas que são mais importantes para definir um traço reformista, entendem-se no essencial e não fazem nada”, acusou o presidente do PSD.

No Governo e na oposição, o PSD é um partido que tem sentido da responsabilidade, que não declina o trabalho de denunciar o que está errado, porque essa é a maior vantagem de uma democracia, um debate informado. É acreditando no povo português e em Portugal que continuamos a fazer o nosso trabalho”, assegurou Pedro Passos Coelho.





Almoço organizado pelo Fórum de Administradores de Empresas, em Lisboa

## “Dois anos perdidos”

Com o Governo de António Costa, Portugal tem perdido tempo e desperdiçado oportunidades. Num almoço organizado pelo Fórum de Administradores de Empresas (FAE), em Lisboa, segunda-feira, Pedro Passos Coelho afirmou que “Os dois primeiros anos deste novo ciclo político e governativo são dois anos perdidos”.

O Governo faria mais “pelo sistema bancário e pelos endividados” se a economia estivesse a crescer mais e lamentou que tenham sido abandonadas políticas como o alívio fiscal do IRC ou a captação de capital estrangeiro.

Sobre a resolução do crédito malparado, Pedro Passos Coelho referiu que este Executivo tem de assumir, de uma vez por todas, que a solução “vai custar dinheiro a alguém”, considerando que é faltar à verdade dizer que o problema ser resolvido pela Europa.

“Há quem pense de outra maneira e imponha custos demasiados a todos para que o problema se possa resolver. Uma solução para limpar crédito malparado ou custa dinheiro ao Estado e aos contribuintes, ou custa dinheiro aos acionistas dos bancos ou custa dinheiro às empresas ou custa dinheiro aos clientes dos bancos”, assegurou considerando que o problema no sistema financeiro continua a existir.

Pedro Passos Coelho foi questionado por um empresário sobre como é que o PSD poderá novamente voltar ao poder e reganhar eleitorado como os funcionários públicos e os pensionistas. “A estratégia é não ter medo de perder, essa é a estratégia”, respondeu Passos Coelho.

E acrescentou: “Nós não temos nenhuma possibilidade de acomodar políticas generosas, do ponto de vista financeiro, quer para os pensionistas quer para os funcionários públicos. Por mim, o PS pode lá ficar à vontade, terá tempo para explicar aos portugueses porque é que não tem dinheiro para isso”.

O líder do PSD assumiu-se como defensor da estabilidade, não só para dar tempo a um Governo de definir as suas políticas sem pensar em eleições, mas também para que haja tempo de assumir a responsabilidade pelas mesmas.

“A minha confiança em que o PSD pode ter um bom resultado para o futuro resulta da minha confiança de que a equação como está a ser gerida não é sustentável”, disse, acusando o Governo de “degradar a qualidade dos serviços públicos” em áreas como a educação e saúde para sustentar as políticas de reposição de rendimentos.

“Enquanto for possível disfarçar o mal-estar associado a isso com salários e outras medidas indiretas, a coisa



politicamente gere-se, no dia em que esse efeito se desvanecer fica a exiguidade orçamental”, acrescentou, defendendo que “o tempo é muito relevante”.

Em resposta a outro orador, Passos Coelho voltou a alertar o Governo que não conte com o PSD para o apoiar em matérias em que o PS tem posições divergentes do PCP e BE, como a dívida ou a manutenção do euro.

“Se o Governo depender de nós para fazer esse tipo de opções, tire o cavalinho da chuva, a responsabilidade política tem de ser completa e não parcial”, disse.

Pedro Passos Coelho alertou ainda que “se a imposição progressiva de condicionamentos por parte de PCP

e BE se intensificar”, os tempos mais próximos poderão ser de “aceleração de problemas e não de resolução de problemas”.

“Muitas vezes diz-se que as pessoas não gostam de mensageiros que dizem aquilo que as pessoas não gostam de ouvir”, afirmou, considerando que qualquer político tem de “conciliar a mensagem de responsabilidade” com o “desafio de ser ouvido”.

O líder do PSD disse já ter visto no passado políticos “muito bem recebidos no curto prazo e muito mal recebidos no longo prazo”, desejando que os portugueses não coloquem “todos no mesmo saco”.





# Governo ignora esforço dos portugueses



“Se se está a pedir aos portugueses um esforço de cinco mil milhões de euros para colocar na CGD, eu acho que seria de esperar, no mínimo, que os portugueses tivessem algum serviço público em troca”. À margem de uma conferência organizada pelas Mulheres Social Democratas de Barcelos, dia 18, Maria Luís Albuquerque teceu críticas ao Executivo socialista por considerar que o esforço dos portugueses relativamente à Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem sido ignorado pelo atual Executivo.

“Eu tenho alguma dificuldade em compreender algumas questões, nomeadamente o facto da Caixa Geral de Depósitos (CGD) estar a sair (...) dos sítios onde os outros bancos não querem estar. Se se está a pedir aos portugueses um esforço de cinco mil milhões de euros para colocar na CGD, eu acho que seria de esperar, no mínimo, que os portugueses tivessem algum serviço público em troca”, declarou.



A vice-presidente do PSD disse que é “com muita preocupação” que vê as notícias que dão conta do fecho de balcões da CGD em vários pontos do país, no âmbito do plano de reestruturação do banco público.

## Não há injustiça no “rating” da Standard & Poor’s

Maria Luís Albuquerque afirmou também que não há qualquer “injustiça” na avaliação da agência de notação financeira Standard & Poor’s, que manteve o “rating” português em “lixo”, e considerou uma “desilusão” que Portugal continue “nesta situação”.

“O elevado nível de endividamento, a dívida pública, que tinha reduzido em 2015 voltou a subir em 2016, o endividamento privado também continua muito elevado, o crescimento reduziu em relação aquilo que vinha de 2015 e há uma conjunto de medidas que representam potenciais problemas para a competitividade e criação de emprego”, enumerou.

Maria Luís Albuquerque lamentou que o atual Governo não tenha conseguido dar “melhores argumentos” à S&P para que Portugal saísse “desta situação de lixo”.

“É uma desilusão que o país continue nesta situação e que não consiga registar, de facto, as melhorias que estávamos prestes a registar no final de 2015”, concluiu.





# “Governo não tem qualquer veia reformista”



Na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios da JSD de Porto de Mós, distrito de Leiria, sábado, 18 de março, José Matos Rosa mostrou preocupação com as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Executivo. Medidas essas que colocam também em causa o futuro dos jovens portugueses.

“O Governo de António Costa não tem qualquer veia reformista. À maioria parlamentar, do Bloco e do PCP, não interessa melhorar a vida das pessoas. Interessa-lhes apenas conseguir finalmente instituir o radicalismo das suas ideias”, destacou.

O secretário-geral do PSD referiu que, para o Governo de António Costa, a Educação não é uma prioridade:

“Voltou-se atrás na melhoria da qualidade do ensino. Pela primeira vez, em dez anos, houve mais jovens a abandonar a escola antes de terminar o ensino”, destacou.

“Estamos a fazer o nosso papel, como partido líder da oposição, para evitar que as próximas gerações de portugueses tenham menos liberdades nesta democracia económica, social e cultural que Sá Carneiro e tantos outros social-democratas idealizaram”, salientou.

José Matos Rosa lembrou Francisco Sá Carneiro e a importância que a JSD tinha para o fundador do Partido Social Democrata: “Sá Carneiro via na JSD a nossa ponta de lança, o nosso fermento revolucionário interno e democrático, a nossa forma de progresso e crítica constante”, recordou pedindo aos jovens “que continuem sempre a honrar esta visão de Sá Carneiro. “Conto convosco neste caminho, em que precisamos da força de todos os social-democratas”, concluiu.

No sábado, o secretário-geral do Partido Social Democrata procedeu igualmente à assinatura do acordo autárquico de coligação PSD/CDS-PP “Amadora Mais”.





## Poluição no rio Tejo

# Governo não defende as populações

A sustentabilidade do rio Tejo, a estabilidade e a manutenção do caudal e a segurança das margens e os impactos ambientais transfronteiriços estão na ordem do dia. Perante as notícias de episódios de “fortes descargas poluidoras” nas últimas semanas no maior rio que atravessa Portugal, o PSD apresentou um requerimento para ouvir o ministro do Ambiente.

O PSD, pela voz do deputado Jorge Paulo Oliveira, alertou a tutela esta terça-feira: “Estão em causa os recursos naturais, atividades como a pesca e o turismo, e a saúde das populações”.

No requerimento, o PSD lembra que, após uma fiscalização a 234 operadores económicos no ano passado, para controlar as descargas de águas residuais no rio Tejo, foram emitidos 33 autos de notícia. “Quantas entidades foram encerradas ou efetivamente condenadas até agora?”, questionou o grupo parlamentar social-democrata, lamentando a falta de iniciativa do Governo nesta matéria, para defender a saúde pública.

Na audição, em sede de Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, o PSD considerou que os problemas do rio Tejo não se cingem à ameaça da poluição: há o perigo decorrente do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz e a gestão dos caudais que tem lesado os interesses de Portugal.



Parece evidente haver um forte desinvestimento do Ministério do Ambiente na proteção, fiscalização e controlo ambientais. Os vários organismos, sob a sua tutela, com responsabilidades nestas áreas, veem os seus recursos humanos e meios financeiros diminuir.

**Acompanhe-nos  
no dia-a-dia...**

**PSD  
TV**



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



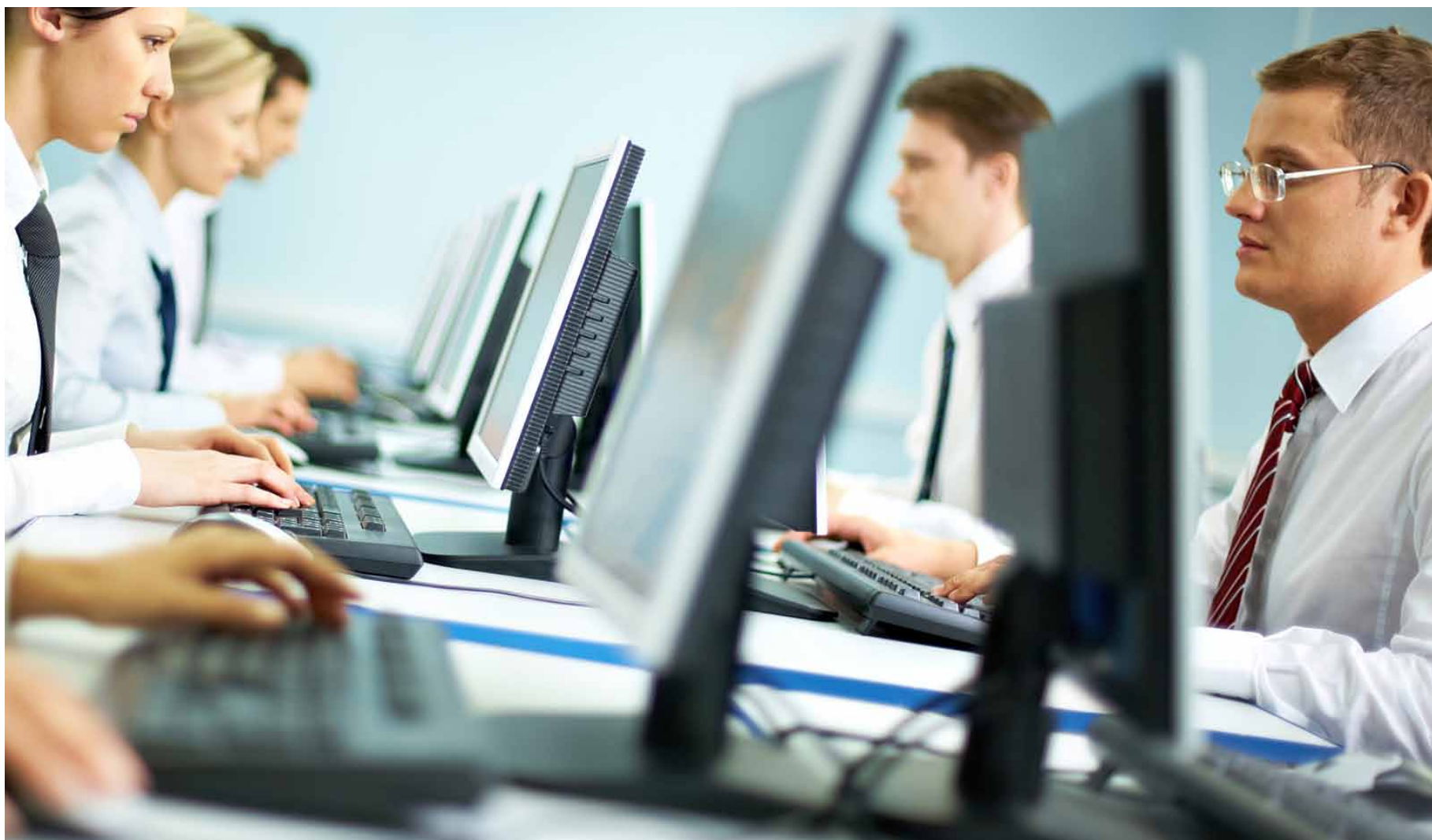
**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**



# Degradação dos serviços públicos é responsabilidade do Governo



O Governo apresentou um relatório marcado por discrepâncias e incoerências. A reposição das 35 horas semanais tem contribuído para o descontentamento de funcionários e cidadãos, colocando em causa o “esforço estoico” que, durante o governo liderado pelo PSD, fortaleceu o país.

O Partido Social Democrata confrontou no dia 15, o ministro das Finanças com observações ao relatório “Regresso ao período normal de trabalho de 35 horas – Análise do Impacto”. Álvaro Baptista, deputado social-democrata, disse na Comissão de Trabalho e Segurança Social que a reposição das 35 horas foi “uma má decisão” que está a ser paga por funcionários públicos, “com o trabalho a acumular-se e a não terem condições de prestar um bom serviço”, e pelos cidadãos, com aumento da insegurança nas escolas ou cirurgias adiadas.

“O descontentamento dos funcionários públicos é notório com os pré-avisos de greve. Havia, no final do mês passado, 13 mil alunos à espera de apreciação dos seus processos de bolsa por falta de serviço e de trabalhadores. Há pais à espera de receber o dinheiro dos manuais escolares”, lembrou o deputado do PSD. “Isto é responsabilidade sua, é responsabilidade deste Governo”, acusou, considerando que “a medida da retoma [das 35 horas] penalizou o País”.

Para Álvaro Baptista, o ministro das Finanças deve pedir desculpa aos portugueses, pois “os cidadãos, em geral, estão a ser confrontados com piores serviços”, “sentem-no todos os dias”.

## Relatório do Governo marcado por discrepâncias

O PSD afirma que o estudo do impacto das 35 horas de trabalho “foi feito ao contrário, partindo das con-

clusões para o estudo ou quem o fez não tinha grandes conhecimentos de matemática”. A acusação baseia-se nas várias discrepâncias sinalizadas pelo Partido Social Democrata, em que os números apresentados não parecem corresponder à realidade, no que se refere por exemplo a número de trabalhadores e investimento efetivamente necessários. “As contas não dão certo”, repetiu por diversas vezes o deputado, perguntando a Mário Centeno se “consegue explicar estas discrepâncias”.

Álvaro Batista referiu-se, ainda, ao facto de não haver indicação de “como vai ser resolvido o problema de a medida [das 35 horas] não se aplicar a todo o universo de trabalhadores da administração pública”. Segundo ele, “há trabalhadores que estão a contrato a termo certo que continuam a fazer as 40 horas, no mesmo serviço a desempenhar as mesmas funções há trabalhadores das empresas de ‘outsourcing’ que continuam a fazer 40 horas ao lado de trabalhadores que fazem 35 horas”. Para o social-democrata, trata-se de “um problema que o Governo tem de resolver”.

## Estudo aponta para necessidade de contratar

Para o PSD, o regresso às 35 horas não é compatível com “a intenção do Governo de reduzir o número de funcionários públicos”, uma vez que “é preciso contratar vários milhares de novos trabalhadores em resultado do estudo”, afirmou o social-democrata. “Fica a constatação de que o sr. Ministro das Finanças se enganou redondamente quando, em meados do ano passado, andou a dizer que o custo da passagem às 35 horas teria de ser nulo”, disse, justificando que, “de acordo com o próprio relatório divulgado, o custo é de mais 151 milhões de euros por ano para os bolsos dos contribuintes e isto tem de ser explicado”.

## Com o PSD os trabalhadores sabiam que estavam a contribuir para o País

Também Carla Barros, do PSD, se referiu às “incongruências” do Executivo atual. Recordou que o governo liderado por Pedro Passos Coelho, “quando implementou as 40 horas, envolveu os trabalhadores no sentido de lhes explicar que era um esforço para erguermos o País da bancarrota em que os sucessivos governos socialistas levaram o País”, um esforço que foi reconhecido. Segundo a mesma, os trabalhadores sabiam que mais cinco horas por semana tinham impacto positivo no Orçamento de Estado, na despesa pública e na credibilidade internacional.

A deputada salientou que o ministro das Finanças “nunca conseguiu obter a solidariedade dos diversos ministros, porque todos vieram a garantir que a aplicação das 35 horas tinha derrapagens orçamentais”. Para o PSD, “isto chega à vida das pessoas”, quando encontram escolas encerradas, não são atendidas ou devidamente cuidadas na sequência da falta de profissionais.

“Isto é uma política de ilusionismo, só acreditam nela o senhor ministro e as bancadas que apoiam este Governo”, acusou Carla Barros, lembrando que Mário Centeno não cumpre promessas feitas a Bruxelas. “Percebeu-se que o senhor não tem vontade de aumentar a excedência da administração pública”, disse, acusando o ministro das Finanças de contribuir para a falta de credibilidade internacional necessária para atrair investimento. Alertou, ainda, para a necessidade de trabalhar mais com os representantes dos trabalhadores, “é por aí que vai o diálogo social”.



# Governo desinveste na Educação

Os resultados das opções erradas do ministro da Educação estão à vista: aumento do abandono escolar precoce, falta de meios humanos, cortes no financiamento e desinvestimento público, instabilidade nos estabelecimentos de ensino e preconceito ideológico são as marcas da governação de esquerda.

Depois de Portugal ter melhorado em todos os indicadores, entre 2011-2015, a educação está agora a ser posta em causa pelo atual Executivo e a maioria que o suporta.

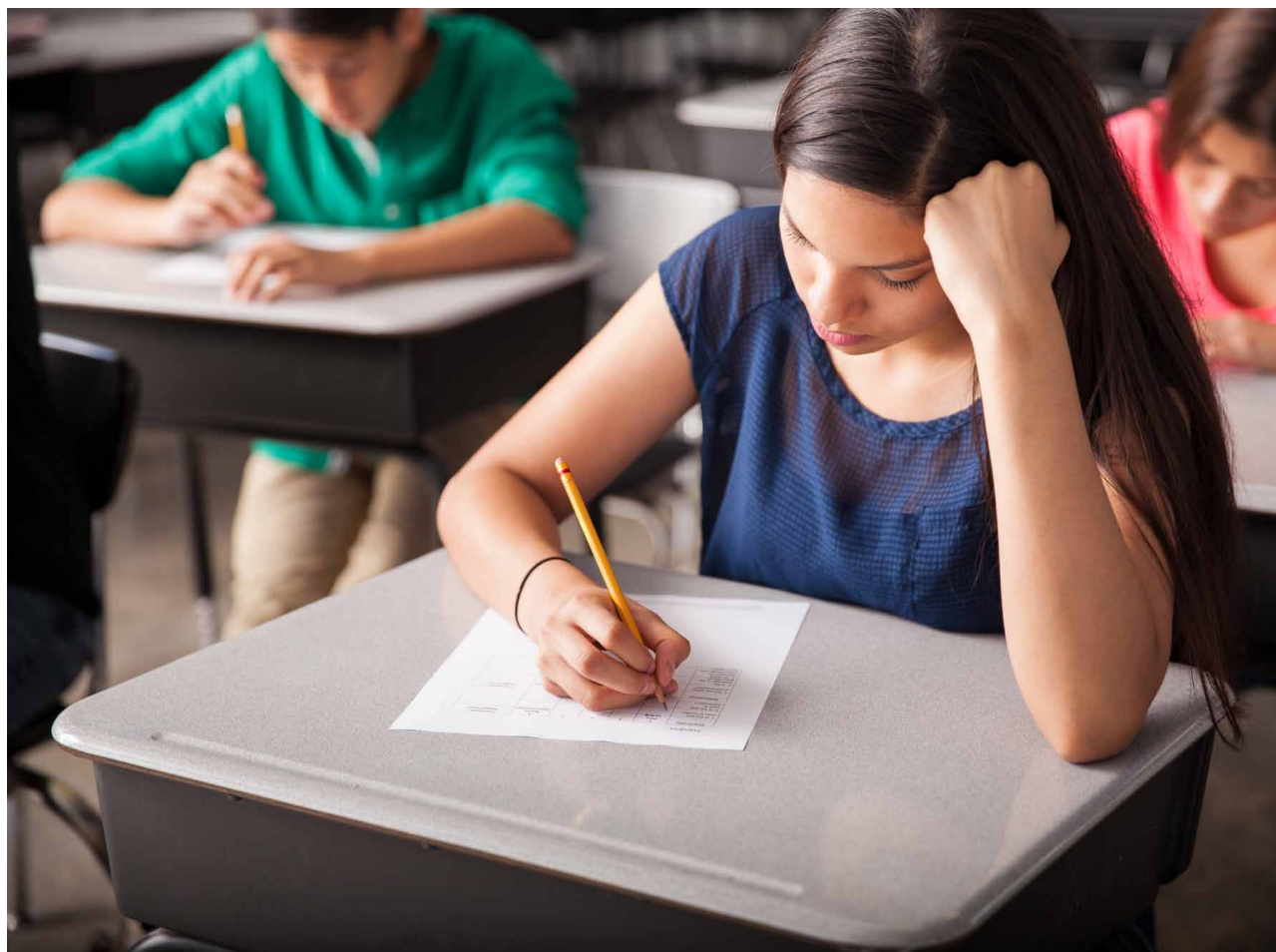
Numa declaração política no Parlamento, Pedro Alves, deputado do PSD, criticou o retrocesso da gestão de Tiago Brandão Rodrigues. “Quando as escolas, professores, famílias, comunidades e o Presidente da República, pedem estabilidade, competência, investimento e tranquilidade, a equipa que tutela a educação responde com instabilidade, desinvestimento e incompetência. (...) Depois de sabermos que os nossos alunos tiveram os melhores resultados de sempre no PISA, este ministro consegue o impensável e a taxa de abandono escolar precoce sobe, pela primeira vez, em mais de 10 anos.”

O ano de 2016 registou também o menor investimento público de que há memória neste setor. “Quem pode negar que em 2016 não foi retirada uma única placa de amianto? Quem pode negar que nunca houve tão baixa execução das verbas relativas às obras de manutenção nas

escolas? Quem pode negar que continuam por ser transferidas as verbas para as unidades de multifuncionalidade? Quem pode negar que as verbas relativas ao pagamento dos manuais escolares para as famílias carenciadas chegaram tarde e a más horas e que em março ainda haja milhares não ressarcidos? Quem pode negar que as escolas tenham sido obrigadas a mendigar verbas junto do ministério para pagar contas de eletricidade ou água?”, questionou Pedro Alves.

A política educativa está subordinada ao calendário do PS e é caracterizada pela desorientação. “Dizem num dia que vai haver currículos novos nas escolas, que é preciso cortar tempo às disciplinas estruturantes, na matemática e no português, mas semanas depois dão o dito por não dito, recuam e afinal já não cortam”.

O PSD defende uma política séria que não ponha em causa os resultados alcançados pelo Governo de Pedro Passos Coelho no sistema educativo português. “Exigimos melhor. Exigimos uma política coerente, competente, exigente e incrementalista que não coloque em causa os resultados alcançados. Este ministro não se endireita; ele pode ser muito útil para o equilíbrio político da geringonça, mas é desastroso para a educação, trazendo de volta o tempo das trevas, após anos de luz”, concluiu Pedro Alves.



## 20 mil alunos carenciados sem apoio do Estado

Chamado à comissão parlamentar de Educação por iniciativa do PSD, o ministro Tiago Brandão Rodrigues foi confrontado com as falhas que o setor vive. Entre as denúncias dos social-democratas está a falta de apoio social a cerca de 20 mil alunos carenciados, que continuam a aguardar resposta do Governo. A denúncia foi feita por Maria Germana Rocha, deputada social-democrata.

Além das faltas para com alunos abrangidos pela ação social escolar (ASE), as escolas são confrontadas com “atrasos constantes no pagamento devido”, o que se traduz em atrasos nos pagamentos aos fornecedores, havendo casos em que estabelecimentos de ensino não têm verbas para pagar a eletricidade.

Têm-se, também, verificado atrasos no pagamento dos reembolsos de manuais escolares a quem beneficia de ASE, assim como a falta de obras de manutenção, continuando a haver casos de alunos que levam mantas para as escolas.

O PSD acusou, ainda, Tiago Brandão Rodrigues de desrespeitar não só o Parlamento, como toda a comunidade escolar, ao demorar 39 dias a marcar uma data para prestar declarações perante um requerimento feito em 3 de fevereiro, com caráter de urgência, a propósito da greve de funcionários que afetou o funcionamento de dezenas de escolas. Tal demonstra que o ministro “desvalorizou” esta greve e reivindicações “e apenas passados 39 dias é que se digna a vir prestar esclarecimentos que são devidos”.

Esta não é a primeira vez que o ministro da Educação desrespeita a casa da democracia. Tiago Brandão Rodrigues é “o campeão das não respostas a perguntas e requerimentos que os deputados colocam. Esta degradação das relações com os órgãos de soberania demonstra desrespeito para com todos, em especial para com a comunidade educativa”, afirmou Maria Germana Rocha.

O PSD chegou a ponderar se a demora em marcar presença estaria relacionada com o facto de já estar tudo resolvido, mas tal não se verifica.

Desde fevereiro de 2016, que os social-democratas alertam para a falta de assistentes operacionais nas escolas. “Onde estão os 300 assistentes operacionais colocados?”, questionou o PSD, referindo-se à promessa feita pelo ministério em outubro de 2016.



# PSD homologa candidatos e cumpre calendário das Autárquicas



Reunida na terça-feira na sede nacional do PSD, a Comissão Política Nacional (CPN) homologou um novo conjunto de candidaturas às eleições autárquicas de 2017.

Com exceção de 15 concelhos, que estão em falta, o PSD está a cumprir o calendário autárquico que definiu em Conselho Nacional, que estabelecia o mês de março para a aprovação das candidaturas.

A considerar estão ainda os 30 municípios de Açores e Madeira, que chegarão à Comissão Política Nacional para ratificação durante o mês de abril.

O PSD tem 99 coligações com o CDS-PP fechadas. E está disponível para ampliar este número a cerca de 140 coligações com os centristas.

O PSD é, assim, o partido mais avançado no processo de preparação para o desafio eleitoral que irá resultar num novo ciclo autárquico.

Seguem abaixo algumas das candidaturas homologadas, que a CPN entende divulgar:

## CPD DE AVEIRO

Concelho: Albergaria-a-Velha  
 Candidato à CM: José Licínio Tavares Pimenta  
 Concelho: Ovar  
 Candidato à CM: Salvador Malheiro Ferreira da Silva

## CPD DE BEJA

Concelho: Alvito  
 Candidato à CM: Manuel Maria Barroso  
 Concelho: Beja  
 Candidato à CM: José Manuel Pinela Coelho Fernandes  
 Concelho: Moura  
 Candidato à CM: João Francisco Torrado Guerreiro  
 Concelho: Odemira  
 Candidato à CM: Luís Pedro Colaço Freitas  
 Concelho: Ourique  
 Candidato à CM: António Afonso

## CPD DE BRAGA

Concelho: Amares  
 Candidato à CM: Manuel da Rocha Moreira  
 Concelho: Celorico de Basto  
 Candidato à CM: Joaquim Monteiro da Mota e Silva  
 Concelho: Póvoa de Lanhoso  
 Candidato à CM: Avelino Adriano Gaspar Silva  
 Concelho: Vieira do Minho  
 Candidato à CM: António Cardoso Barbosa  
 Concelho: Vila Verde  
 Candidato à CM: António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela  
 Concelho: Vizela  
 Candidato à CM: Jorge Alexandre Mendes Pedrosa

## CPD DE BRAGANÇA

Concelho: Alfândega da Fé  
 Candidato à CM: Vítor José Neves Bebiano  
 Concelho: Bragança  
 Candidato à CM: Hernâni Dinis Venâncio Dias  
 Concelho: Carrazeda de Ansiães  
 Candidato à CM: João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves  
 Concelho: Freixo de Espada à Cinta  
 Candidato à CM: Maria do Céu Quintas  
 Concelho: Macedo de Cavaleiros  
 Candidato à CM: Manuel Duarte Fernando Moreno  
 Concelho: Miranda do Douro  
 Candidato à CM: Manuel Rodrigo Martins  
 Concelho: Mirandela  
 Candidato à CM: António José Pires Almor Branco  
 Concelho: Mogadouro  
 Candidato à CM: Manuel da Ressurreição Cordeiro  
 Concelho: Torre de Moncorvo  
 Candidato à CM: Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves  
 Concelho: Vila Flor  
 Candidato à CM: Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo

Concelho: Vimioso  
 Candidato à CM: António Jorge Fidalgo Martins  
 Concelho: Vinhais  
 Candidato à CM: Carlos Abel Almendra Vieira

## CPD DE CASTELO BRANCO

Concelho: Idanha-a-Nova  
 Candidato à CM: António Jorge da Cruz Moreira  
 Concelho: Sertão  
 Candidato à CM: José Farinha Nunes  
 Concelho: Vila de Rei  
 Candidato à CM: Ricardo Jorge Martins Aires

## CPD DE COIMBRA

Concelho: Góis  
 Candidato à CM: António Rui de Sousa Godinho Sampaio  
 Concelho: Lousã  
 Candidato à CM: Joaquim António Moreira de Soares e Lourenço  
 Concelho: Miranda do Corvo  
 Candidato à CM: Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira  
 Concelho: Oliveira do Hospital  
 Candidato à CM: João Paulo Pombo de Albuquerque  
 Concelho: Vila Nova de Poiares  
 Candidato à CM: Nelson Pedro Santos Coelho

## CPD DE ÉVORA

Concelho: Évora  
 Candidato à CM: António Francisco Costa da Silva  
 Concelho: Mourão  
 Candidato à CM: Anabela Ramalho Falcato Caixeiro  
 Concelho: Viana do Alentejo  
 Candidato à CM: Caetano José Geadas Silva



**CPD DE FARO**

Concelho: Tavira  
Candidato à CM: Elsa Maria Simas Cordeiro

**CPD DE GUARDA**

Concelho: Gouveia  
Candidato à CM: Luís Manuel Tadeu Marques  
Concelho: Manteigas  
Candidato à CM: José Manuel Custódia Biscaia  
Concelho: Pinhel  
Candidato à CM: Rui Manuel Saraiva Ventura  
Concelho: Sabugal  
Candidato à CM: António dos Santos Robalo  
Concelho: Trancoso  
Candidato à CM: João António Figueiredo Rodrigues

**CPD DE LEIRIA**

Concelho: Castanheira de Pêra  
Candidato à CM: João Manuel Marreca Correia Oliveira

**CPD DE LISBOA AM**

Concelho: Lisboa  
Candidato à CM: Teresa de Andrade Leal Coelho  
Concelho: Mafra  
Candidato à CM: Hélder António Guerra de Sousa Silva  
Concelho: Vila Franca de Xira  
Candidato à CM: Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus

**CPD DE LISBOA AO**

Concelho: Arruda dos Vinhos  
Candidato à CM: Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

**CPD DE PORTALEGRE**

Concelho: Castelo de Vide  
Candidato à CM: António Manuel das Neves Nobre Pita  
Concelho: Fronteira  
Candidato à CM: Rogério David Sádio da Silva  
Concelho: Nisa  
Candidato à CM: António Manuel Carita Franco  
Concelho: Portalegre  
Candidato à CM: Armando Jorge Mendonça Varela

**CPD DE PORTO**

Concelho: Gondomar  
Candidato à CM: Rafael Gomes Amorim  
Concelho: Vila do Conde  
Candidato à CM: Constantino Fonseca da Silva

**CPD DE SANTARÉM**

Concelho: Alpiarça  
Candidato à CM: Paulo Duarte Paulino Sardinheiro  
Concelho: Benavente  
Candidato à CM: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira  
Concelho: Chamusca  
Candidato à CM: Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino  
Concelho: Entroncamento  
Candidato à CM: Jaime Manuel Gonçalves Ramos  
Concelho: Ferreira do Zêzere  
Candidato à CM: Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores  
Concelho: Ourém  
Candidato à CM: Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque  
Concelho: Rio Maior  
Candidato à CM: Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais  
Concelho: Santarém  
Candidato à CM: Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves  
Concelho: Torres Novas  
Candidato à CM: João Carlos Marques Quaresma de Oliveira  
Concelho: Vila Nova da Barquinha  
Candidato à CM: Cláudia Virgínia Viegas Fernandes Evangelho Soares Ferreira

**CPD DE VIANA DO CASTELO**

Concelho: Arcos de Valdevez  
Candidato à CM: João Manuel do Amaral Esteves  
Concelho: Caminha  
Candidato à CM: Júlia Paula Pires Pereira da Costa  
Concelho: Ponte da Barca  
Candidato à CM: Augusto Manuel dos Reis Marinho  
Concelho: Valença  
Candidato à CM: Jorge Salgueiro Mendes

**CPD DE VILA REAL**

Concelho: Alijó  
Candidato à CM: José Rodrigues Paredes  
Concelho: Mesão Frio  
Candidato à CM: Eduardo Cassiano Nogueira Pinto Miranda  
Concelho: Mondim de Basto  
Candidato à CM: Francisco Pinto Gomes Ribeiro  
Concelho: Montalegre  
Candidato à CM: José António Carvalho Moura  
Concelho: Ribeira de Pena  
Candidato à CM: Agostinho Alves Pinto  
Concelho: Sabrosa  
Candidato à CM: António Augusto Marques Araújo Domingos  
Concelho: Santa Marta de Penaguião  
Candidato à CM: Daniel Joaquim Andrade Teles  
Concelho: Valpaços  
Candidato à CM: Amílcar Rodrigues Alves Castro de

Almeida

Concelho: Vila Pouca de Aguiar  
Candidato à CM: António Alberto Aguiar Pires Machado  
Concelho: Vila Real  
Candidato à CM: António Baptista Carvalho

**CPD DE VISEU**

Concelho: Castro Daire  
Candidato à CM: Paulo Martins de Almeida  
Concelho: Penedono  
Candidato à CM: António Carlos Saraiva Esteves de Carvalho  
Concelho: Santa Comba Dão  
Candidato à CM: Daniel Pedro dos Santos  
Concelho: Tabuaço  
Candidato à CM: Carlos André Teles Paulo de Carvalho  
Concelho: Tarouca  
Candidato à CM: Valdemar Carvalho Pereira

**CPD DE BRAGA**

Concelho: Terras do Bouro  
Candidato à CM: Manuel João Sampaio Tibó

**CPD DE LEIRIA**

Concelho: Pedrógão Grande  
Candidato à CM: João Manuel Gomes Marques



## Coligações aumentam em 2017

O Partido Social Democrata (PSD) é o partido que apresenta o processo autárquico numa fase mais avançada. “Estamos à frente no ponto de partida, mas o mais importante é que ele constitua um bom prenúncio para o ponto de chegada, em Outubro”, declarou Carlos Carreiras, coordenador autárquico nacional.

Carlos Carreiras afirma ainda que “é seguro dizer que fizemos o nosso trabalho e que os portugueses terão, da parte do PSD, projetos sérios para avaliar. Por todo o país, pedimos aos nossos militantes para, primeiro, aprofundarem projetos para o seu concelho e, só depois, pensarem em nomes para as listas”.

Esta estratégia revela uma preparação metódica do próximo ciclo autárquico e da proposta que o PSD apresentará a votos: “hoje, o PSD tem programas, estratégias e equipas para todos os concelhos”. “Isto revela uma forma séria e verdadeiramente social-democrata de fazer política”, afirma.

Em 2013, o PSD estabeleceu 94 coligações com o CDS-PP e outros partidos, das quais 87 foram apenas com os centristas. Em 2017, os social-democratas estão disponíveis para estabelecer acordos de coligação com CDS-PP e outros partidos em cerca de 140 concelhos, estão já fechadas com o CDS-PP 99 coligações.

### Coerência e espírito de renovação orientam os trabalhos

“Sempre dissemos que o nosso objetivo era ter o processo autárquico concluído até 31 de março”, lembra Carlos Carreiras. “Quando anunciámos este prazo, todos disseram que estávamos com um calendário errado, porque demasiado tardio. Pois bem, não só os nossos adversários alteraram os seus calendários, aproximando-se ou até ultrapassando o nosso, como chegamos a este ponto com muito mais trabalho de casa feito”. Para o coordenador autárquico, a estratégia do PSD representa “uma forma coerente de fazer política”.

Para as eleições autárquicas de 2017, o PSD aposta na renovação e na diversificação. Na verdade, “a abertura às forças cívicas e à sociedade foi sempre uma condição indispensável” para o partido, reforça o social-democrata. “Se muitas das nossas candidaturas já são lideradas por novos protagonistas, quando se olhar para as listas no seu todo – para as equipas que são hoje tão decisivas na governação municipal – veremos muitas caras novas”, refere, informando serem pessoas “com vontade de mudar o seu bairro, a sua junta e a sua câmara municipal” e que “não viraram a cara ao combate onde ele é difícil”. Há, por isso, um sentimento de orgulho no PSD por ver esses novos rostos “ostentarem as nossas cores no maior movimento da democracia portuguesa: as eleições autárquicas”.





## Criação de comissão sobre descentralização

Luís Montenegro, líder do grupo parlamentar do PSD, desafiou a maioria parlamentar a aprovar uma comissão para discutir a descentralização de competências para a Administração Local.

Na quinta-feira, o líder parlamentar defendeu a “importância” e o “interesse” da descentralização como tema fundamental no desenvolvimento, com as autarquias a saberem quais os recursos financeiros, patrimoniais ou humanos a que terão acesso (ver texto nesta edição). “Como pode o Estado, a administração, ser mais eficiente? Como pode o Estado, a administração prestar mais e melhores serviços aos cidadãos? Como pode utilizar eficazmente os recursos disponíveis e garantir a acessibilidade aos principais sistemas públicos?” São estas algumas questões que necessitam de respostas.

“Esta comissão”, justifica Luís Montenegro, “vai favorecer uma discussão transversal de todas as dimensões e setores de atividade”, destacando que, para os social-democratas, é importante envolver, na reflexão sobre o poder local, toda a sociedade civil, desde instituições sociais à academia. A proposta prevê a criação de um espaço para discutir, com “o aprofundamento que os portugueses exigem”.

Para o líder parlamentar, as pessoas “merecem ser ouvidas e integradas nas nossas decisões”, pelo que deve ficar claro, no processo legislativo, quais os recursos financeiros, patrimoniais, logísticos ou humanos a que terão acesso.

E todos os contributos são decisivos, insiste o líder parlamentar, realçando que são bem-vindas as propostas das restantes bancadas parlamentares. Contudo, Luís Montenegro considerou que “a proposta do Governo [sobre descentralização] é manifestamente insuficiente”, quando não é mesmo ambígua, e que as medidas adotadas devem “senão eliminar, pelo menos atenuar as desigualdades e estimular as oportunidades”.

Já o PSD apresentou iniciativas “mais densas e ambiciosas” que “promovem de forma mais transparente este processo descentralizador”. Para os social-democratas, a delegação de competências prevê que sejam oferecidos “melhores serviços” nas áreas da educação, da saúde e do apoio social. Assim como se prevê, neste contexto, que o Estado valorize a preservação da cultura, do património, do meio ambiente e dos recursos naturais, destacou o líder parlamentar.

### Decisões “a pensar nas pessoas e comunidades locais”

São necessárias “reflexão” e “decisões acertadas”, no sentido de “potenciar crescimento mais saudável, duradouro e acentuado da economia”. As decisões em matéria de descentralização devem “pensar nas pessoas e comunidades locais e não nos governos e partidos”.

O líder parlamentar recordou que foi o PSD o primeiro partido a levar a descentralização ao Parlamento e que repetiu, mesmo, o tema. Primeiro, na discussão do Programa Nacional de Reformas. “Nessa altura, desdenharam das nossas intenções”, recordou.

“O PSD chamou-vos novamente para este debate quando aqui discutimos o Orçamento do Estado para 2017” e “volta agora a convocar-vos”, esperando “que à terceira seja de vez e que, desta vez, por uma vez, as palavras possam coincidir com os atos”, desafiou Luís Montenegro.

### Promover o impulso descentralizador

Como partido defensor do poder local, o PSD está consciente da necessidade de promover a descentralização, encarando-a uma perspectiva reformista e ambiciosa para alcançar uma maior coesão social, económica e territorial de Portugal.

O parlamento debateu quatro iniciativas legislativas do PSD, que visam aprofundar a descentralização de competências para os municípios, entidades intermunicipais e freguesias no âmbito da educação, saúde, ação social, gestão territorial, gestão florestal, gestão da orla costeira, medicina veterinária, saúde animal e segurança alimentar.

A deputada Berta Cabral, que apresentou os diplomas, lembrou o impulso descentralizador do Governo de Pedro Passos Coelho, os avanços notáveis que foram, aliás, reconhecidos pelo atual primeiro-ministro, quando exercia funções de Presidente da maior autarquia do país, que numa conferência no Porto afirmou a este propósito: “Tenho de reconhecer que tenho encontrado mais boa vontade do atual governo do que dos dois governos socialistas anteriores”.

Porque os “autarcas têm de conhecer qual o quadro legal e quais as competências que vão exercer”, o PSD propõe a constituição de uma Comissão Parlamentar Eventual para, em 90 dias, tratar o processo da descentralização de competências nos municípios, nas freguesias e nas entidades intermunicipais.

A ideia é, em três meses, concluir o trabalho na especialidade da lei, de modo “a entrar em vigor depois das eleições deste ano”.



## Reforço de competências

O PSD continua a acreditar numa democracia verdadeiramente representativa, descentralizada, ágil e próxima das pessoas.

Para o PSD, o trabalho feito pelo anterior governo no que toca à descentralização para as autarquias locais de um conjunto de competências relevantes tem de ser retomado, aprofundado e alargado a todo o universo autárquico.

Nos diplomas apresentados na quinta-feira, relativamente à educação e saúde, o PSD defende um aumento de competências das autarquias em matérias de infraestruturas (equipamentos, incluindo a construção, a requalificação, a manutenção, a conservação, a segurança, a vigilância e a aquisição e gestão de equipamentos, mobiliário e economato das escolas) e o recrutamento, gestão, formação e avaliação do desempenho do pessoal não docente.

No plano social, o PSD preconiza um reforço do que está previsto no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) com Entidades do Sector Social e Solidário, uma vez que esta rede constitui uma experiência inovadora que confere uma nova dimensão à política de descentralização social, e, nesse sentido, deve ser privilegiada e garantido o seu desenvolvimento, o qual não é prejudicado pelo presente processo de descentralização, que busca, antes, uma maior eficácia na intervenção junto das pessoas. Procura-se integrar de uma forma eficiente a realidade do nosso país, onde a resposta e prestação de serviços às populações ao nível da ação social é realizada por entidades informais e, institucionalmente, por várias entidades do setor social formal, pelos municípios, pelas freguesias e pelos serviços locais da segurança social.

Assim, o PSD pretende transferir para os municípios as competências de atendimento e acompanhamento de apoio social e de atendimento informativo ou apoio prestacional, sem beliscar as matérias de contratualização, cooperação, acompanhamento e fiscalização ao nível da ação social que continuam a ser acompanhadas e fiscalizadas pelo Instituto de Segurança Social.

Já no âmbito da saúde, o PSD apoia um reforço das competências de cuidados de saúde primários (na gestão das infraestruturas dos Agrupamentos de Centros de Saúde, na aquisição e gestão de equipamentos, mobiliário, economato para as unidades funcionais dos ACES e no recrutamento, gestão, formação e avaliação do desempenho dos assistentes técnicos e assistentes operacionais).

No que respeita à gestão florestal e da orla costeira visa-se uma participação mais direta no âmbito dos instrumentos de gestão territorial e de gestão de equipamentos.

### “Descentralizar não é chutar competências incómodas”

A deputada do PSD Emília Santos criticou a mais recente proposta do executivo, de querer transferir para os municípios a responsabilidade da avaliação dos imóveis para efeitos de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). “Descentralizar competências é um acto de inteligência do Estado. Descentralizar não é chutar competências que são incómodas”, referiu a deputada.

Emília Santos reitera que o compromisso de responsabilidade do PSD é para com as comunidades locais. “O PSD tem legitimidade como património para erguer a bandeira da descentralização. É o país e os portugueses que pedem ao Estado que tenha presente as suas funções”, declarou a deputada.

O Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) recusou, numa decisão unânime, a proposta do Governo para que sejam as câmaras a assumir a responsabilidade de avaliar as casas.

“Não contem que passaremos cheques em branco ao Governo”, afirmou a deputada.





# Orçamento “não melhora a vida dos açorianos”

O presidente do PSD/Açores afirmou que o Orçamento da Região para 2017 “não melhora a vida dos açorianos”, alegando que mantém a carga fiscal sobre as famílias e empresas, corta na Educação e não apresenta soluções para os problemas da Saúde.

“Um Orçamento que mantém a carga fiscal sobre as famílias e empresas, corta no investimento na Educação e não tem soluções para a falta de acesso à Saúde não merece o nosso apoio e não serve as pessoas”, afirmou Duarte Freitas, na Assembleia Legislativa dos Açores, no encerramento do debate do Plano e Orçamento para 2017.

O líder dos social-democratas açorianos salientou que o Orçamento “deveriam ter como primeiro e último objetivo melhorar a vida dos açorianos”, só que o documento do governo regional apresentou “é mais do mesmo e fazer mais do mesmo não melhora a vida dos açorianos”.

“Fazer mais do mesmo significa insistir na mesma receita de sempre que tem sido incapaz de levar os Açores a mais altos patamares de desenvolvimento. Este Orçamento não melhora a vida dos açorianos porque não dá resposta às 59 mil pessoas sem médico de família ou às dez mil que esperam por uma cirurgia, muitas das quais há mais de três anos”, disse.

Duarte Freitas referiu o Orçamento da responsabilidade da governação socialista “não melhora a vida dos açorianos ao cortar mais de 10 por cento no investimento na Educação, quando os Açores têm a maior taxa de insucesso e abandono escolar precoce do país”.

“Este Orçamento não melhora a vida dos açorianos porque não tem uma estratégia de combate à pobreza. Há quase 19 mil açorianos a necessitarem do Rendimento Social de Inserção para sobreviver e dois terços dos nossos alunos precisam da ajuda da Ação Social Escolar”, referiu.

O presidente do PSD/Açores acrescentou que o Orçamento “não melhora a vida dos Açorianos porque a juventude continua sem ter perspetivas de futuro: um em cada três jovens está no desemprego”.

O líder dos social-democratas açorianos sublinhou que o Plano e Orçamento da Região para 2017 repetem promessas apresentadas sucessivamente pelos governos socialistas e que não foram cumpridas.

“Estes são os mesmos governantes que se comprometeram a garantir médicos de família para todos os Açorianos em 2016 e que há pouco meses diziam que tal aconteceria em 2018, falando agora já em 2019”, apontou.

Duarte Freitas lembrou que foram os governantes que “prometeram mil empregos no setor das florestas e não criaram nenhum” ou se comprometeram a fazer “túneis, estradas e portos, mas que, ano após ano, arranjam mil e uma desculpas para não cumprir o que prometeram às populações”.

“Estes são os mesmos governantes que se comprometeram a aumentar o rendimento dos agricultores e dos pescadores. Mas estes passam cada vez mais dificuldades. Estes são os governantes que não cumprem o que prometem aos açorianos”, frisou.

O líder dos social-democratas acrescentou que o executivo regional “nem sequer com um governo da República da mesma cor cumpre o que se comprometeu fazer em prol dos Açores”.

Além disso, disse, agora que o governo central é da mesma cor política, “o presidente do governo dos Açores diz que ‘o governo da República fará como quiser’”, em relação às promessas para ilha Terceira.

Segundo Duarte Freitas, “os Açores têm assim um governo que só existe quando há boas notícias para dar ou inaugurações a fazer. Quando algo corre mal transforma-se no governo das desculpas”.

“A economia não cresce? A culpa é dos bancos. As obras repetidamente prometidas estão por fazer? A culpa é do Tribunal de Contas. Os resultados escolares



são maus? A culpa é dos pais dos alunos. O rendimento dos lavradores diminui? A culpa é da Rússia. O heliporto do Hospital de Ponta Delgada está fechado? A culpa é dos helicópteros, que afinal são demasiado grandes”, salientou.

Para o líder dos social-democratas, os açorianos “têm um governo das desculpas, quando mereciam ter um governo que pedisse desculpa pelo que promete e não cumpre”.

Duarte Freitas garantiu que o PSD/Açores “não faz oposição por ser meramente contra o governo”, mas sim porque está convicto que tem “boas soluções para os açorianos” e tem sido capaz de “propor um caminho alternativo”.

“Queremos servir os açorianos com uma oposição ativa e responsável, certos de que com as nossas propostas não mudamos hoje o governo ou a governação, mas podemos mudar para melhor a vida de muitos açorianos”, afirmou.

O líder dos social-democratas apresentou os três eixos pelos quais se rege a atuação do partido, nomeadamente “melhorar a qualidade de vida dos açorianos, criar uma melhor sociedade e uma melhor economia, e ter uma melhor democracia”.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos açorianos, o PSD/Açores “defende e propõem uma melhor Educação, com contratos de autonomia para as nossas escolas”, além de uma melhor Saúde, “com um programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas, a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital e médicos de família para todos os açorianos”.

“Para uma melhor sociedade e economia queremos o reforço da nossa base económica, com uma Agricultura competitiva, com uma justa distribuição do rendimento, e uma economia rural equilibrada e sustentável. Queremos umas Pescas em que, a par do rendimento e dignidade dos pescadores, tenhamos um equilíbrio ecológico das espécies que assegure o futuro do setor e dos seus profissionais”, disse.

Duarte Freitas anunciou que o PSD vai colocar à discussão no parlamento e na sociedade o Programa Gerações à discussão, “visando criar até 1200 postos de trabalho para jovens e rejuvenescer a administração pública, sem qualquer custo adicional para o Orçamento regional”.

Revelou igualmente que “vai cumprir o compromisso de propor a criação de um Conselho Económico e Social independente da tutela do governo, tendo um presidente eleito por maioria de dois terços do parlamento e composto por uma maioria de representantes da sociedade civil”.

Já para atingir o objetivo de ter nos Açores “uma melhor democracia” uma das propostas dos social-democratas é defender “uma poupança nos gastos do governo com propaganda, aumentando os apoios públicos à comunicação social privada para que esta tenha melhores condições para cumprir o seu histórico papel na sociedade açoriana”.

## PSD quer explicações sobre “divulgação ilegal” de dados pessoais

Os deputados do PSD exigem explicações ao ministro da Saúde sobre a “divulgação ilegal” de dados pessoais de 230 mil utentes do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

Numa pergunta dirigida a Adalberto Campos Fernandes, os parlamentares do PSD, entre os quais Berta Cabral e António Ventura, eleitos pelo círculo dos Açores, querem saber que “medidas tomou o Ministério da Saúde imediatamente após ser informado deste caso”, se a tutela está “consciente que se está perante um ato que constitui crime” e qual “era a finalidade da publicação da base de dados”.

A revista “Exame Informática” noticiou que dados de quase todos os habitantes dos Açores estiveram expostos no “site” da Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo. “O ficheiro tinha o nome ‘Exportação Utentes SRSA para Reembolsos’. Quem o descobria na Internet tinha uma surpresa: numa grelha Excel estão os dados discriminados de mais de 230 mil habitantes dos Açores”, incluindo “nomes completos, número fiscal e de utente dos serviços de saúde regionais, moradas, datas de nascimento e números de telefone e/ou telemóveis”, indicou a revista.

No documento, os deputados do PSD pretendem ainda saber se “o Ministério da Saúde já inquiriu o funcionário da ARS do Alentejo cuja conta de utilizador foi usada para divulgar ilegalmente a base de dados dos utentes do Serviço Regional de Saúde dos Açores” e se tenciona “agir disciplinarmente ou judicialmente” em relação àquele.

“O ficheiro com a base de dados foi publicado em setembro de 2014 no sítio na Internet da ARS do Alentejo. Era então presidente da administração da empresa pública açoriana Saudaçor Rosa de Matos Zorrinho, atual presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, e que também presidiu à ARS do Alentejo entre 2005 e 2011. Vai o Ministério da Saúde inquirir esta responsável sobre o caso?”, questionam os deputados.



# POVO LIVRE

Directora: **Maria Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [psd@mail.telepac.pt](mailto:psd@mail.telepac.pt)

**Visto**

**ELEIÇÕES: GOVERNO NÃO É IMPARCIAL**

Assistiu-se ao longo das últimas semanas à multiplicação de gestos do Governo traduzindo uma confusão constante com o Partido Socialista e a uma tentativa sistemática de usar o poder do Estado e o dinheiro dos contribuintes ao serviço da obtenção de resultados favoráveis nas eleições de 14 de Dezembro.

Desde a propaganda escandalosa feita por Governadores Civis até à entrega de cheques em templos religiosos no final de actos de culto, tudo valeu para o Governo fazer campanha ao lado e, em muitos casos, em substituição do Partido Socialista.

Mais chocante ainda foi o facto do Ministro da Administração Interna - que deve zelar pela isenção do acto eleitoral - coordenar de facto a campanha eleitoral do Partido Socialista.

Quem devia agir como árbitro acabou por actuar apenas e só como parte interessada, chegando a liderar as principais acusações e mesmo insultos aos demais partidos concorrentes.

Perante esta situação, no começo da campanha eleitoral, o PSD apelou ao Presidente da República para que garantisse o respeito da Constituição, e em especial do princípio da imparcialidade do Governo perante todas as candidaturas.

Significa isto que o Ministro da Administração Interna se deve abster de intervir como tem intervindo em termos eleitorais. Significa também que o Governo se deve abster de todos os actos oficiais que possam ter repercussão no decurso da campanha eleitoral.

Este apelo traduz uma exigência do Estado de Direito Democrático.

Sinto-me tanto mais à vontade para lembrar esta exigência quanto, como membro do governo, como autarca e como candidato autárquico, nunca tive qualquer actuação contraditória com aquilo que entendo dever ser a conduta do Eng. Guterres e do seu Governo. É com esta autoridade moral pessoal que espero uma palavra do Presidente da República de resposta à carta que lhe enviei.

Tcde a carta tem resposta.

Que mais não seja por uma questão de convivência cívica e de comportamento protocolar.

Para mim, para nós, mais do que um problema conjuntural, o respeito da Constituição pelo Governo durante a campanha eleitoral é uma questão de princípio. E pelos princípios nós vamos até ao fim.

**Marcelo Rebelo de Sousa**

**PSD apela ao Presidente da República**

## Governo está a violar imparcialidade nas eleições locais

- **Ministro da Administração Interna dirige de facto campanha do PS**
- **Governo percorre o País a fazer promessas e a cativar votos**
- **Governadores civis abusam dos seus poderes para fins eleitorais**

**página 9**

**“Encontros com a Europa” sobre mudança climática**

## PSD quer controlo mundial da poluição a partir de 1998



**página 7**

**PSD pede audição parlamentar**

## Presidente do Tribunal de Contas faz críticas ao Governo

**página 5**

Edição n.º 1132 do “Povo Livre”, de 3 de dezembro de 1997. Manchete: “PSD apela ao Presidente da República: Governo está a violar imparcialidade nas eleições locais”. Maria Eduarda Azevedo era a diretora do “Povo Livre”.





## Carta de Miguel Morgado em memória do avô Jacinto Mendes Ferreira

Lisboa, 18 de Março de 2017

Meus caros companheiros,

No passado dia 12 de fevereiro morreu Jacinto Mendes Ferreira, militante nº 150701919, da secção do Montijo, não muito tempo antes de celebrar o seu 103º aniversário. Jacinto Ferreira fez da integridade, do respeito pelos outros e da moderação a bússola moral da sua vida. Um marido e um pai dedicado, não é caricatura dizer que ninguém lhe conheceu um destempero nem um abuso.

Jacinto Ferreira nasceu no longínquo ano de 1914 em Canha no seio de uma família pobre e muito numerosa. São origens que marcam, e pertencem a um País rural, isolado e sem horizontes que nós, felizmente, já não conhecemos. Com 11 anos apenas, Jacinto Ferreira foi trabalhar para Lisboa, mais concretamente para uma mercearia na Rua D. Estefânia. Aí viveu e trabalhou como ajudante de mercearia e tinha a seu cargo as entregas nas casas dos fregueses (até muito tarde não se esqueceu das viagens da Estefânia até Campo de Ourique com os cabazes ao ombro) quando ainda era um menino. Foi passando a sua adolescência de trabalho em trabalho, devoto da sua mãe - era órfão de pai desde pequenino - até que se juntou como voluntário ao Regimento de Telegrafistas como saída profissional que permitia fazer estudos "industriais", como se dizia na época. E foi o que fez, concluindo ainda o curso para Sargentos com excelente aproveitamento. A partir daí, fez o seu caminho de crescimento pessoal e profissional. Constituiu família e enviuvou quando a sua primogénita tinha apenas 6 meses. Mais tarde voltaria a casar e teria mais duas filhas.

Quando chegou o 25 de abril, Jacinto Ferreira fez questão de ser um cidadão participante e responsável. Consultou diligentemente a literatura disponibilizada pela multidão de partidos políticos que entretanto tinham despontado. Escolheu o PPD pela moderação e equilíbrio do seu programa, a que não faltou a admiração pela liderança de Sá Carneiro. E foi assim, fundamentadamente, que votou e militou nos quarenta anos seguintes.

Jacinto Ferreira foi um homem humilde, trabalhador, discreto que amava o seu País, como tantos outros milhares de militantes que formaram a espinha dorsal da militância do PSD logo a seguir ao 25 de Abril e nos anos seguintes. Foi gente assim que ajudou a formar o espírito da social-democracia portuguesa, provavelmente mais do que as elites em Lisboa. Foi uma daquelas muitas pessoas que nunca quis favores e foi à procura da sua oportunidade. Foi um daqueles muitos militantes que sabem instintivamente o que é politicamente razoável, o que não passa de demagogia, e não confundem afirmação política com a política sem escrúpulos.

Hoje, o País, tal como o PSD, precisa de muitos Jacintos Ferreiras. Eu só posso dizer que terei muitas saudades do meu avô.

**Miguel Morgado**

Deputado do PSD



**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**Recepção**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**ÁREA OESTE / DISTRITAL - LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste - Lisboa, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua Timor Lorosae, 17 - Arruda dos Vinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Discussão e aprovação de relatório e contas de 2016
- 2 - Análise da situação política

**ESTREMOZ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir no próximo dia 09 de Abril, de 2017 (domingo) pelas 16h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação de Contas de 2016
- 3 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos locais, nos termos do artigo 53º da alínea f) dos Estatutos do PSD

**LOURES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Março, de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação e votação das contas referentes ao exercício de 2016
- 2 - Plano de actividades e orçamento de 2017
- 3 - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política relativa a candidaturas a órgãos autárquicos locais

**MONÇÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção, para reunir no próximo dia 30 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 20h30, na sede, sita no Largo do Rosal nº 27, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional.
- 2 - Outros assuntos.

**MONTALEGRE  
ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo do Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montalegre, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia **26 de Março de 2017** (domingo) pelas 14h30, na sede, sita no Edifício Cabrilho, Praça Europa, - Montalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações.
- 2 - Aprovação do cabeça da lista candidata ao Município de Montalegre, nas Eleições Autárquicas de 2017

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2017 (quarta-feira) pelas 21h30, no auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos - Pólo de Massarelos, sito na Rua do Campo Alegre, 244, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Intervenção do candidato à CMP, Prof. Álvaro Almeida

**VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2017, (segunda-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - sala 14, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do relatório e contas de 2016
- 2 - Apreciação e votação do plano e orçamento para 2017
- 3 - Processo eleitoral autárquico - parecer do plenário de militantes sobre o candidato à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, proposto pela Comissão Política de Secção
- 4 - Outros assuntos

**VILA VIÇOSA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Viçosa, para reunir no próximo dia 04 de Abril, de 2017 (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Mouzinho de Albuquerque, nº 27, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação do relatório de Contas de 2016
- 2 - Parecer relativo ao cabeça de lista ao órgão Câmara Municipal de Vila Viçosa



**III CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO DE CASTELO BRANCO**

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD e do artigo 20.º do Regulamento Interno Distrital, serve o presente para convocar uma reunião extraordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no dia 1 de Abril de 2017, sábado, pelas 15h00, na Sede Distrital do PSD de Castelo Branco, sita na Rua do Pina, nº 10, 6000 - 123, Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação da Ata do CD anterior;
- 2 - Apresentação e votação da Retificação ao Relatório de Contas 2016;
- 3 - Apresentação, Discussão e Votação do Calendário, Regulamento e Comissão Organizadora do IV Congresso Distrital de Castelo Branco.

**AMARES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Amares, para o plenário a realizar no próximo dia 28 de Abril de 2017 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD de Amares, sita na Rua Francisco Bernardo de Sousa Monteiro, nº 36, em Ferreiros AMR, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da Concelhia de Amares.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD de Amares ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede Concelhia do PSD de Amares, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

**FORNOS DE ALGODRES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Fornos de Algodres, para o Plenário a realizar no próximo dia 28 de Abril (sexta-feira), pelas 21:00 horas na Sede do PSD de Fornos de Algodres sita Rua do Espírito Santo, n.º 2 - R/C Dto., Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Fornos de Algodres.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Fornos de Algodres sita Rua do Espírito Santo, n.º 2 - R/C Dto., Fornos de Algodres.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 horas e as 23:00 horas.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 15/3/2017 PINHEL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Plenário Concelhio da JSD de Pinhel para reunir da Sede no PSD de Pinhel, no próximo dia 25 de Março, às 14h30 na Rua da República, Pinhel com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão da situação interna da JSD;
- 2 - Discussão da Situação Política Atual;
- 3 - Eleições Autárquicas 2017 - discussão de candidatos da JSD nas listas do PSD;
- 4 - Outros assuntos.

**TOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 8 de abril de 2017 pelas 10h30, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e Análise da Situação Política;
- 2 - Preparação das Autárquicas de 2017.

**NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do Porto para Plenário a realizar no próximo dia 29 de Março de 2017 (quarta-feira), pelas 21h00, na Praça da Batalha, nº 90, sala 10, 2º andar, 4000-102, concelho do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da situação política atual;
- 2- Outros assuntos de interesse.

**CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD Distrital de Portalegre para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Delegados ao Congresso Distrital de 29 de Abril.

ALTER DO CHÃO - 22 de Abril de 2017 (Sábado) Das 17h00 às 19h00.



Av. Dr. João Pestana, N.º 13  
 CASTELO DE VIDE - 22 de Abril de 2017 (Sábado)  
 Das 17h00 às 19h00.  
 Rua de Olivença, N.º 13 – 1.º ESQ

ELVAS - 22 de Abril de 2017 (Sábado)  
 Das 17h00 às 19h00.  
 Rua de Olivença, N.º 12 – R/C

FRONTEIRA - 22 de Abril de 2017 (Sábado)  
 Das 17h00 às 19h00.  
 Junta de Freguesia de Fronteira - R. Frei Manuel  
 Cardoso, 39

NISA - 22 de Abril de 2017 (Sábado)  
 Das 17h00 às 19h00.  
 Largo Heliodoro Salgado, N.º 5

PORTALEGRE - 22 de Abril de 2017 (Sábado)  
 Das 17h00 às 19h00.  
 Rua dos Combatentes da Grande Guerra, N.º 17

SOUSEL - 22 de Abril de 2017 (Sábado)  
 Das 17h00 às 19h00.  
 Rua Direita, N.º 5

Nota:

a) As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do dia 19 de Abril de 2017. A entrega das listas será feita nas respectivas sedes concelhias.

b)\* As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do dia 19 de Abril de 2017. A entrega das listas será feita na sede distrital do PSD.

## CONGRESSO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso Distrital de Portalegre da JSD para reunir no próximo dia 29 de Abril de 2017, pelas 11:00 horas, na sede distrital do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Abertura e Boas-vindas;
- 2 - Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
- 3 - Apreciação do mandato distrital 2015-2017;
- 4 - Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
- 5 - Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2017-2019 e Aprovação da Moção de Estratégia Global;
- 6 - Votação das Moções Sectoriais e aprovação de Militantes Honorários;
- 7 - Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- 8 - Encerramento.

Notas:

# REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DE PORTALEGRE DA JSD

## Capítulo I | Do Presente Regulamento

### Artigo 1.º (Objecto)

O presente regulamento visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do Artigo 61 dos Estatutos Nacionais da JSD, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Portalegre da JSD.

### Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

## Capítulo II | Do Congresso Distrital e Seus Membros

### Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- a) A eleição da Mesa do Congresso Distrital/Mesa do Conselho Distrital, bem como da Comissão Política Distrital;
- b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

### Artigo 4.º (Composição e Direitos de Voto)

- 1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:
  - a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
  - b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do Artigo 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
  - c) Representantes das estruturas Concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.

- 2 - São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito de voto:
  - a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
  - b) Os restantes membros da Comissão Política Distrital;
  - c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), e j) do Artigo 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

### Artigo 5.º (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto na alínea c) do n.º 1 do Art.º 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais (ou em alternativa: na alínea a) do n.º 2 do Art.º 59º dos Estatutos Nacionais da JSD), no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- a) As eleições dos Delegados são marcadas pelo Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente e presididas pelas Mesas dos Plenários Concelhios e regem-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD;
- b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- c) Até ao quinto dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Congresso Distrital a indicação do número de militantes de cada Concelhia da região;
- d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas Concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada Concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD;
- e) Caso alguma Concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo, serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

### Artigo 6.º (Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 4º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em



que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respectiva ordem.

2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efectuadas durante o prazo previsto para estas.

3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 4.º podem ser substituídos por membros da lista do órgão a que pertencem desde que o façam no prazo previsto para a inscrição.

**Artigo 7.º  
(Acumulação)**

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso no início do mesmo.

2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

**Artigo 8.º  
(Redistribuição de Delegados em Falta)**

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja Acta de Eleição não houver sido recebida pela Mesa do Congresso Distrital até ao limite dos respectivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo I ao presente Regulamento.

2. Findo o prazo para entrega das Actas das Eleições, a Mesa do Congresso Distrital deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o método de rateio previsto neste Regulamento.

3. Nas Concelhias que receberem Delegado redistribuído, será Delegado o membro efetivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respectivo apuramento houvessem sido realizados originariamente com o número total de Delegados após a redistribuição.

4. A redistribuição dos delegados prevista neste artigo será publicada no sítio oficial na internet e enviada por correio electrónico para a base de dados de militantes até 3 dias após o prazo para entrega das Actas das Eleições ou para realização da Inscrição dos Delegados.

**Artigo 9.º  
(Delegação de Poderes)**

1. Os Delegados representantes de Concelhias não podem delegar os seus poderes.

2. Os restantes delegados com direito a voto previstos no n.º 1 do artigo 4.º podem delegar os seus poderes de acordo com o previsto nos Estatutos Nacionais da JSD.

**Artigo 10.º  
(Direitos dos Delegados)**

Constituem direitos dos Delegados do Congresso Distrital:

- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do presente Regulamento;
- c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- d) Participar nas discussões e votações;
- e) Interpelar os órgãos distritais;
- f) Usar do direito de resposta, quando visados;
- g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

**Artigo 11.º  
(Deveres dos Delegados)**

Constituem deveres dos Delegados:

- a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- f) Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

**Artigo 12.º  
(Participantes e Observadores)**

1. O Congresso Distrital, a requerimento da Comissão Política Distrital ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à Comissão Política Distrital e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

**Capítulo III | Dos trabalhos**

**Artigo 13.º  
(Local e Data)**

O Congresso Distrital de Portalegre da JSD reunirá no próximo dia 29 de abril de 2017, em Portalegre, na sede distrital do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, tendo início às 15 horas.

**Artigo 14.º  
(Quórum)**

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

**Artigo 15.º  
(Funcionamento)**

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

**Artigo 16.º  
(Ordem de trabalhos)**

- Abertura e Boas-vindas;
- Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
- Apreciação do mandato distrital 2013-2015;
- Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
- Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2015-2017 e Aprovação da Moção de Estratégia Global;
- Votação das Moções Sectoriais e aprovação de Militantes Honorários;
- Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- Encerramento.

**Artigo 17.º  
(Uso da Palavra)**

A palavra será concedida aos Delegados para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

**Artigo 18.º  
(Competências do Presidente da Mesa)**

Compete à Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

**Artigo 19.º  
(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)**

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir a Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.



**Artigo 20.º**  
**(Competências dos Secretários da Mesa)**

- Compete aos Secretários:
- Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
  - Organizar as inscrições dos Delegados ou Participantes que pretendam usar da palavra;
  - Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
  - Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
  - Servir de escrutinador;
  - Elaborar as actas.

**Capítulo IV | Das Moções e Candidaturas**

**Artigo 21.º**  
**(Moções de Estratégia Global)**

- Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter a Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.
- Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.
- As Moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista, lema ou localidade.
- Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

**Artigo 22.º**  
**(Moções Sectoriais)**

- As Moções Sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer delegado do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.
- Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as Moções Sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

**Artigo 23.º**  
**(Apresentação e Poder de Disposição Sobre as Moções Sectoriais)**

- Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

**Artigo 24.º**  
**(Candidaturas aos Órgãos Distritais)**

- As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem este delegar e o possa substituir nos termos do disposto nos Regulamentos da JSD, até às 23h59m do dia 20 de Maio, na sede distrital de Portalegre do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N.º 17, 7300-097 Portalegre.

**Artigo 25.º**  
**(Distinções Honorárias Distritais)**

- O Congresso Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do distrito e pela promoção dos ideais da JSD.
- A distinção de Militante Honorário Distrital pode ser atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.
- Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da Comissão Política Distrital, da Mesa do Congresso Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.
- A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos delegados presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

**Capítulo V | Das Disposições Finais**

**Artigo 26.º**  
**(Lacunas)**

- A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento

Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais; em segundo lugar, ao normativo do PSD; e, em terceiro lugar, à lei geral subsidiariamente aplicável.

**Artigo 27.º**  
**(Entrada em vigor)**

- O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e respectiva publicação em Povo Livre.

Aprovado pelo Conselho Distrital de Portalegre da JSD, em Fronteira, no dia 18 de Março de 2017

**CRONOGRAMA**

- 18 de Março de 2017 | Conselho Distrital
- 20 de Março de 2017 | Envio das Convocatórias para a Eleição de Delegados ao Congresso Distrital
- 22 de Março de 2017 | Publicação em Povo Livre das Convocatórias para a Eleição de Delegados ao Congresso Distrital
- 27 de Março de 2017 | Prazo para a CEI comunicar à Mesa do Conselho Distrital o número de militantes de cada Concelhia
- 1 de Abril de 2017 | Prazo para a Mesa Conselho Distrital comunicar ao Presidente da CEI e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada Concelhia
- 19 de Abril de 2017 | Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição dos Delegados ao Congresso Distrital
- 22 de Abril de 2017 | Eleição dos Delegados ao Congresso Distrital
- 24 de Abril de 2017 | Prazo para envio das actas eleitorais
- 24 de Abril de 2017 | Prazo para envio das Moções Sectoriais e das propostas de Militantes Honorários
- 25 de Abril de 2017 | Divulgação do rateio dos Delegados redistribuídos
- 26 de Abril de 2017 | Prazo para entrega das Moções de Estratégia Global e das candidaturas aos órgãos distritais
- 29 de Abril de 2017 | Congresso Distrital